

Coleção
Direito e Literatura
Volume I

Luis Carlos Cancellier de Olivo

Organização

ANAIS
I SIMPÓSIO DE
DIREITO & LITERATURA

ANAIS
I SIMPÓSIO DE DIREITO & LITERATURA

Volume I

Florianópolis, 2011

Luis Carlos Cancellier de Olivo
Organização

ANAIS
I SIMPÓSIO DE DIREITO & LITERATURA

Volume I

Fundação Boiteux
Florianópolis
2011

Copyright © 2011 Luis Carlos Cancellier de Olivo

FUNDAÇÃO JOSÉ ARTHUR BOITEUX

Presidente do Conselho Editorial

Luis Carlos Cancellier de Olivo

Conselho Editorial

Antônio Carlos Wolkmer

Eduardo de Avelar Lamy

Horácio Wanderley Rodrigues

João dos Passos Martins Neto

José Isaac Pilati

José Rubens Morato Leite

UFSC – CCJ – 2ª andar

Campus Universitário – Trindade – Caixa Postal 6510 – sala 216

CEP 88.036-970 – Florianópolis/SC – Fone: (48) 3233-0390

livraria@funjab.ufsc.br

www.funjab.ufsc.br

REVISÃO EM PORTUGUÊS:

Denise Aparecida Bunn

Patricia Regina da Costa

Sergio Meira

patycos21@hotmail.com

REVISÃO EM ESPANHOL:

Liliane Vargas Garcia

CAPA:

Maria Lucia Teixeira Silva Iaczinski

(Editora UFSC)

EDITORÇÃO:

Annye Cristiny Tessaro (Lagoa Editora)

annye@lagoaeditora.com.br

IMPRESSÃO:

Gráfica Copiart

FICHA CATALOGRÁFICA

S612a Simpósio de Direito e Literatura (1. : 2010 : Florianópolis, SC)
Anais [do] I Simpósio de Direito e Literatura; Luis Carlos Cancellier
de Olivo, org. - Florianópolis : Fundação Boiteux, 2011.
162. – (Direito e Literatura, v. 1)

Inclui bibliografia
ISSN: 2237-3284

1. Direito e Literatura. 2. Direito – Filosofia. 3. Literatura – História e
crítica. I. Olivo, Luis Carlos Cancellier de. I. Título.

CDU: 34:82

SUMÁRIO

DERECHO Y LITERATURA: LA CULTURA LITERARIA DEL DERECHO	13
<i>José Calvo González</i>	
Direito, Argumentação e Poder em <i>Julio César</i>	25
<i>Mara Regina de Oliveira</i>	
A Intolerância Como Permanente Estado de Guerra	66
<i>Pedro Souza</i>	
A Intolerância Como Permanente Estado de Guerra a Partir de Michel Foucault	72
<i>Emerson Cezar</i>	
A Lei como Objeto-em-si (Agamben <i>Poitemista</i>)	78
<i>Raul Antelo</i>	
A Loucura... de Mário de Sá Carneiro, e a Nossa (Prova de Amor)... Jurídica	97
<i>Alexandre Morais da Rosa</i>	
O Direito e as Invasões Bárbaras: anotações a partir de Kavafis, Coetzee e Baricco	104
<i>André Karam Trindade</i>	
Lei do Homem. Lei do Antropófago: o Direito Antropofágico como Direito sonâmbulo	125
<i>Alexandre Nodari</i>	
Bionarrativa de la Justicia en el Periodismo Literario de César Vallejo	146
<i>José Calvo González</i>	
SOBRE OS AUTORES	161

NOTA EXPLICATIVA

A Coleção *Direito e Literatura* publica, sob o patrocínio da FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina – os estudos mais recentes sobre esta nova linha de pesquisa que busca estabelecer as conexões entre os dois campos do conhecimento.

No âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina, desde o ano de 2007, os acadêmicos do curso de Direito voltados a estes estudos participam do programa PIBIC – Programa de Iniciação Científica, vinculado ao CNPq.

Na perspectiva dos novos direitos, desde o ano de 2009 o Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UFSC vem oferecendo a disciplina *Seminário de Direito e Literatura* e sua produção acadêmica está registrada nesta *Coleção*.

Do mesmo modo o Grupo de Pesquisa em Direito e Literatura é certificado pela UFSC junto ao Diretório Nacional de Grupos de Pesquisas do CNPq, tendo realizado, no ano de 2010, o Simpósio *Direito e Literatura*, que contou com a participação de pesquisadores nacionais e internacionais dedicados ao tema e cujos anais integram a presente publicação.

A edição da *Coleção* pela Editora da Fundação José Arthur Boiteux procura atender os rigorosos critérios estabelecidos pela CAPES, a partir de sua avaliação trienal (2010), que definiu o Roteiro de Classificação de Livros e Publicações para a área de Direito.

A *Coleção*, financiada com recursos públicos, está inteiramente disponível para pesquisa nos endereços eletrônicos do PPGD e da Fundação José Arthur Boiteux.

Luis Carlos Cancellier de Olivo
Coordenador da Coleção

APRESENTAÇÃO

No mês de junho de 2010 tivemos oportunidade de coordenar o I Simpósio de Direito e Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, com o apoio do Curso de Pós-Graduação em Direito (CPGD) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Organizado pelo grupo de pesquisa Literato, que congrega estudantes de graduação e pós-graduação da UFSC, o evento reuniu cerca de 250 participantes e selecionou importantes artigos científicos oriundos de diversas instituições de ensino brasileiras que foram apresentados ao longo de dois dias de trabalho.

A importância do Simpósio pode ser avaliada pela qualidade dos trabalhos agora publicados sob a forma de Anais, juntamente com as palestras proferidas pelos professores convidados, com destaque para a participação internacional de José Calvo Gonzales, um dos principais divulgadores da nova linha de pesquisa no continente europeu, a partir de sua cátedra na Universidade de Málaga, na Espanha.

Como destacado na apresentação do Simpósio, a promessa a que se propõe o Direito não é humilde ou simplória. Por meio de normas, códigos, juízes, jurisprudências e princípios, a prática jurídica se faz presente na vida humana como forma de regulamentação da vida em sociedade, inserindo os sujeitos em um contexto de proibições e permissões.

Se para Barthes "A linguagem é uma legislação, a língua é seu código", então não há como interpretar o Direito como um termo em si, visto que sua prática está condicionada, a priori, a este código: a língua. O jurista, dessa maneira, encontra-se limitado não só ao texto legal, mas ao fascismo linguístico. Afinal, o fascismo não impede de dizer, mas obriga a fazê-lo.

Para aqueles que buscam como horizonte uma prática jurídica comprometida à justiça e emancipação, é primordial perceber as insuficiências de qualquer interpretação restrita ao texto positivado. Partindo do potencial crítico encerrado nos estudos literários e objetivando discussões acerca de temas ligados ao universo jurídico, o Grupo Literato de Pesquisa

em Direito e Literatura acumula leituras, estudos e pesquisas ao longo de seus três anos de formação.

Foi a partir desta perspectiva que o Grupo envolveu-se diuturnamente na realização do evento, com o esforço dedicado de seus pesquisadores, a saber: Ada Bogliolo P. de Siqueira, Alessandra Knoll Pereira, Flávia Besen, Letícia G. R. Dyniewicz, Liana Pauluka, Lucas Gonzaga Censi, Marina Delgado Caume, Nayara Aline Schmitt Azevedo, Rafaella Machado, Rodrigo Alessandro Sartoti e Sandro Vieira de Paula.

A publicação dos Anais representa a consolidação desta iniciativa pioneira, que esperamos ver multiplicada em todos os cantos do País.

Volume I

Este primeiro volume reúne textos dos professores palestrantes no simpósio de 2010. Ele é aberto com o texto de José Calvo González sobre "Derecho y literatura: la cultura literaria del derecho", no qual o magistrado espanhol traça um panorama das principais influencias nos dois campos de conhecimento, abordando questões relevantes, como o papel do leitor.

Em seguida Mara Regina de Oliveira, a partir da peça Julio Cesar, de Shakespeare, enfoca os aspectos do Direito, da argumentação e do poder, a partir das teorias pragmáticas da comunicação. Segundo ela, o problema da legitimidade está relacionado a um tipo de discurso competente, que envolve relações de poder, entendido como controle da seletividade e não como força física.

Já o trabalho de, "A intolerância como permanente estado de guerra", a partir do episódio do assassinato da menina Isabella Nardoni, no dia 29 de março de 2008, analisa a questão da violência urbana, da vingança, da tolerância e da justiça.

Por sua vez, Emerson Cezar, trata do tema da intolerância a partir do marco teórico de Michel Foucault, com ênfase nas questões de dominação, soberania, poder e direitos humanos.

"A lei como objeto-em-si (Agamben poitemista)", de Raul Antelo, mostra a relação entre arte, psicanálise e direito, a partir de Cervantes e Borges, para mostrar que Agamben fala de um poder suspenso-em-si e da lei como um objeto-em-si.

Alexandre Morais da Rosa, magistrado catarinense, analisa em "A loucura... de Mário de Sá Carneiro, e a nossa (prova de amor)... jurídica",

a relação entre "normalidade" e "loucura", em especial nos casos envolvendo direito de família.

Em um trabalho que se propõe a repensar o direito tendo por referencial o estudo do Direito e Literatura, André Karam Trindade expõe no texto "O direito e as invasões bárbaras: anotações a partir de Kavafis, Coetzee e Baricco", os dilemas atuais do ensino jurídico e as perspectivas das carreiras jurídicas.

"Lei do homem. Lei do antropófago: o direito antropofágico como direito sonâmbulo", de Alexandre Nodari, debate o Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade, para propor um direito antropofágico, cuja única lei se assemelha à fórmula do Maio de 68: "É proibido proibir".

Por fim, estes Anais encerram-se com um texto de José Calvo González, "Bionarrativa de la justicia en el periodismo literario de César Vallejo", no qual magistrado espanhol realiza uma pesquisa ampliada sobre justiça e direito na obra literária poética e em prosa do escritor peruano César Vallejo (1892- 1938).

Prof. Luis Carlos Cancellier de Olivo

Professor Adjunto IV do Departamento de Direito da UFSC.

Se para Barthes “A linguagem é uma legislação, a língua é seu código”, então não há como interpretar o Direito como um termo em si, visto que sua prática está condicionada, a priori, a este código: a língua. O jurista, dessa maneira, encontra-se limitado não só ao texto legal, mas ao fascismo linguístico. Afinal, o fascismo não impede de dizer, mas obriga a fazê-lo.